

COMISSÃO DE ÉTICA FBN



Informativo CE-FBN
nº 1 / 2022

A Comissão de Ética da Fundação Biblioteca Nacional inicia uma série de informativos destinados a comunidade de servidores, terceirizados, estagiários e bolsistas da FBN com o objetivo de difundir os preceitos éticos necessários para um ambiente e uma cultura de trabalho condizentes com a conduta ética esperada de todo agente público.

Ética digital

Neste primeiro comunicado, a CE-FBN divulga a Live: Ética Digital no Serviço Público. O evento, promovido pela Comissão de Ética do CNPq, ocorreu no último dia 7 de abril.

Minuto da Ética

Seguindo a recomendação da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública (CEP), divulgamos o texto de apoio “Minuto da Ética”, parte do Boletim Informativo do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal de março de 2022. A SE-CEP recomenda que o material seja distribuído e/ou veiculado em meio virtual nos órgãos e entidades para disseminação de orientações sobre conduta

ética e para apoio à divulgação do trabalho das comissões setoriais. O texto em questão trata da **presença feminina** no serviço público e pode ser lido na página seguinte.

Regimento Interno

O Regimento Interno da CE foi publicado no Boletim Administrativo da FBN. O documento regulamenta as disposições relativas às competências, composição, atribuições, funcionamento e rito processual, bem como os deveres e responsabilidades dos membros da Comissão. Conheça o Regimento.

Para mais informações sobre a Comissão de Ética da FBN e os principais documentos (entre leis, decretos e instruções normativas) relativos à ética pública e seus instrumentos de promoção, consulte o Portal FBN.

A presença feminina no serviço público

A Constituição Federal, em seu art. 5º, garante **a igualdade entre homens e mulheres, quanto aos seus direitos e obrigações**. Mas, mesmo este tema tendo sido elevado ao status de direito fundamental, o desequilíbrio na oferta de oportunidades entre os gêneros ainda é uma realidade recorrente em vários setores da sociedade.

No serviço público, por exemplo, ainda que as mulheres sejam a maioria nas três esferas, o acesso a áreas mais valorizadas da Administração Pública ainda é desigual. Estereótipos vinculados ao sexo feminino, como o relacionamento da figura feminina às atividades domésticas, o que poderia prejudicar a sua dedicação ao trabalho, e a própria maternidade, ainda impactam diretamente no alcance de mulheres a posições de liderança.

Mas o problema não se restringe ao acesso a altos cargos. As mulheres, por vezes, são julgadas incapazes de exercer tarefas consideradas mais estratégicas ou que demandem maior conhecimento técnico devido ao preconceito existente. Enquanto homens são vistos como possuidores de maior racionalidade, mulheres são conhecidas como seres sensíveis e até mesmo menos inteligentes.

Isso sem falar em situações que envolvem assédio: mulheres que estão em altos cargos tendem a ser julgadas acerca dos meios utilizados para ascensão.

Então, como resolver essa questão?

Sem dúvida alguma, **a mudança de cultura com relação a este tema passa por ações voltadas para a educação contra estereótipos**, principalmente de gênero. Também ações que fomentem a participação feminina em áreas do setor público ocupadas majoritariamente por homens podem ser uma alternativa.

Seja como for, **é urgente o reconhecimento da efetiva equidade de gênero no serviço público**. Afinal, essa é uma questão de direito humano e de ética!

Se você souber de alguma situação que mereça atenção da Comissão de Ética, entre em contato conosco!

“

A IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES, QUANTO AOS SEUS DIREITOS E OBRIGAÇÕES.

“

A MUDANÇA DE CULTURA COM RELAÇÃO A ESTE TEMA PASSA POR AÇÕES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO CONTRA ESTEREÓTIPOS,

“

É URGENTE O RECONHECIMENTO DA EFETIVA EQUIDADE DE GÊNERO NO SERVIÇO PÚBLICO.